



Tourism & Management Studies

ISSN: 2182-8458

tms-journal@ualg.pt

Universidade do Algarve

Portugal

Lageano de Jesus, Djanires; Evaristo Wenceslau, Marina
TERRITÓRIOS INDÍGENAS COMO CENÁRIO PARA A PRODUÇÃO TURÍSTICA EM
MATO GROSSO DO SUL, BRASIL: O CASO DO POVO KADIWÉU
Tourism & Management Studies, vol. 1, 2011, pp. 619-628
Universidade do Algarve
Faro, Portugal

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=388743867056>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

TERRITÓRIOS INDÍGENAS COMO CENÁRIO PARA A PRODUÇÃO TURÍSTICA EM MATO GROSSO DO SUL, BRASIL: O CASO DO POVO KADIWÉU

INDIGENOUS TERRITORIES AS A STAGE FOR THE TOURISTIC PRODUCTION IN MATO GROSSO DO SUL, BRAZIL: THE CASE OF KADIWÉU PEOPLE

Djanires Lageano de Jesus

Doutorando pela Universidade Federal do Paraná - UFPR e docente da UEMS

netoms@uems.br

Marina Evaristo Wenceslau

PhD, Universidade de São Paulo - USP e docente da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

marinaew@uol.com.br

RESUMO

As comunidades indígenas são núcleos de atratividade turística devida sua dinâmica sócio-cultural e histórica. Desta forma, o objetivo geral deste artigo é apresentar uma análise crítica sobre a representatividade da cultura indígena Kadiwéu na produção do turismo nos territórios tradicionais do estado de Mato Grosso do Sul. Os procedimentos metodológicos foram baseados em análise teórica e documental além de contextualização prática, por meio da experiência registrada em incursão científico-cultural nos territórios culturais das comunidades indígenas da Reserva Indígena Kadiwéu, localizada no município de Porto Murtinho, estado de Mato Grosso do Sul. Os resultados parciais sinalizam que o discurso que se desvela neste artigo apresenta como tais agrupamentos qualificam o desenvolvimento do turismo com vistas à inserção participativa para o planejamento da atividade haja vista que é fundamental levar em consideração as expectativas das comunidades, caso contrário, pouca chance de sucesso terá todo e qualquer processo de desenvolvimento que desconsidere os fatores endógenos.

PALAVRAS-CHAVE

Territórios Étnicos, Turismo Cultural, Kadiwéu, Desenvolvimento Local.

ABSTRACT

Indigenous communities are nucleus of touristic attractiveness due its partner-cultural and historical dynamics. Thus, the main objective of this article is to show a critical analysis on the representativeness of indigenous culture and then to check the possibilities of promotion of tourism in the ethnic territories identified in Mato Grosso do Sul, Brazil. The methodological procedures were based on theories and documentary and also contextualization practice through experience lived in scientific-cultural contact in the territories of indigenous communities at Reserva Indígena Kadiwéu located in Mato Grosso do Sul. The partial results indicate that the speech that if disclose in this article it searched to present as such groupings characterize the development of the tourism with sights the collaborative insertion for the planning of the activity have seen that it is basic to take in consideration the expectations of the communities, in case that contrary, little possibility of success will have all and any process of development that disrespects the endogenous factors.

KEYWORDS

Ethnic Territories, Cultural Tourism, Kadiwéu, Local Development.

1. INTRODUÇÃO

A análise subjetiva do território caracteriza-se por uma questão que o reconheça como um espaço contíguo em que aflora as emoções e perpetua a história vivida em um local, o que se aplica devidamente ao exemplo das comunidades indígenas distribuídas por terras brasileiras. Portanto, a questão que envolve tais territórios denota a tomada de consciência cognitiva e física para tais categorias ao considerar um processo de litúgio histórico, embutido de territorialidade ao atribuir-lhe sentimento de pertença ao grupo e ao espaço utilizado.

A Constituição Federal do Brasil de 1988, reconhecendo a importância cultural e identitária, ressalta por meio dos artigos 215 e 216 que os núcleos indígenas devem ser tratados como patrimônio cultural de interesse da União, estados e municípios e como tal, devem ser preservados de qualquer ação conflituosa garantindo concomitantemente sua manutenção e integridade, uma vez que os territórios integram a formação da identidade nacional.

Para esclarecimento citam-se dois aspectos importantes da legislação que respaldam a condição do território tomado como base física. Sobre a questão indígena, tem-se o § 2º do art. 231 ao acrescenta que: "as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se à sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas dos solos, dos rios e dos lagos nelas existentes".

A atual situação das comunidades indígenas apresenta-se em contextos diferenciados, caracterizando-se ainda pela designação de um legado ou herança cultural que lhes confere um sentimento imbuído de pertença de ser, ter e pertencer a tais territórios específicos. A discussão sobre a territorialidade destes grupos tradicionais envolve suas formas de uso do espaço e de seus recursos naturais, organização social e econômica, sistemas de valores de uso e simbologia, quando se aloca a questão da territorialidade como um fator primordial para a construção da própria identidade do grupo, mesmo porque os processos de territorialização dos grupos indígenas ao mobilizarem um sentido de coletividade organizada acabam por unificar uma identidade própria que incide em sua representação e reestruturação de suas formas culturais.

Pelo passado histórico e socioespacial, é essencial destacar um isolamento característico que condiz à realidade dos grupos indígenas no Brasil. Embora toda regra tenha sua exceção, seria errôneo afirmar que todos os núcleos estejam localizados somente em áreas rurais, haja vista que se pode encontrá-los em zonas periurbanas e até mesmo nas grandes cidades. O importante é que a integridade cultural e identitária sejam consideradas como mecanismos de fortalecimento e reforçadas através de gerações.

Ao mesmo tempo, cabe ressaltar que independente da localização e da questão de territorialidade física e emocional, muitos assentamentos buscam alternativas para promover uma gestão de inclusão do território com base no desenvolvimento de atividades que possam promulgar níveis significativos de melhorias baseados, sobretudo, na endogenia e fluxo cultural local para efetivar, no caso, o desenvolvimento do turismo.

Diante dessa perspectiva global de turistificação dos territórios culturais, o presente artigo tem como objetivo principal apresentar uma análise crítica a respeito da representatividade cultural indígena bem como as possibilidades de fomento do turismo nos territórios étnicos identificados no Estado de Mato Grosso do Sul. Os procedimentos metodológicos utilizados para alcance dos objetivos delineados

neste trabalho foram baseados em análise teórica, documental e contextualização prática por meio da experiência registrada na realização de incursão científico-cultural nos territórios indígenas da Reserva Indígena Kadiwéu situada no estado de Mato Grosso do Sul, Brasil.

2. O TURISMO EM TERRITÓRIOS ÉTNICOS: QUESTÕES E CONCEITOS

É sabido que o fenômeno turístico acompanha a humanidade há séculos, uma vez que os antigos povos já o praticavam no decorrer de suas longas jornadas por terras a serem desbravadas. Segundo o professor Beltrão (2001, p. 21) “Essas longas caminhadas por terras desconhecidas em busca da satisfação desbravadora, sempre fez parte da luta humana e ainda continua abrindo novos horizontes”.

Ao longo da história relacionada ao desenvolvimento do turismo, estudiosos do tema apontam que a atividade foi iniciada por volta de 776 a.C., na Grécia Antiga, quando as pessoas se deslocavam para participar dos jogos olímpicos. Em contra partida, outros asseguram que os primeiros viajantes foram os fenícios por serem eles os inventores das moedas e do comércio, o que facilitou as transações comerciais.

Diante deste breve quadro cronológico, cita-se também a participação dos romanos (27 a.C. a 476 d.C.) na expansão das viagens. Durante o Império Romano, muitas estradas foram construídas e urbanizaram-se as cidades, o que permitiu a realização de viagens por terras mais distantes e em segundo plano, a satisfação advinda pela formação de uma estrutura que satisfizesse aos viajantes (hospedarias e centros termas). A partir do século VI, as peregrinações religiosas tornaram-se comuns entre os cristãos que se deslocavam para Roma e Jerusalém, assim como para os maometanos que viajavam a Meca; motivação esta que perdurou até a Idade Média e tornou-se grande propulsora das viagens de longas distâncias.

No entanto, como a finalidade deste trabalho não é mapear a história do turismo enquanto fenômeno de deslocamento destaca-se a importância da contextualização cultural como fomento significativo de amparo ao desenvolvimento do fluxo, da demanda e das motivações turísticas haja vista que o produto está assentado em gradações étnicas e culturais que se diferem daquelas reproduzidas originalmente pelos turistas, cujo contato e conhecimento da cultura local podem ser grandes referenciais do “fazer turismo”. Segundo Beni (2002, p. 425), a tipologia refere-se:

"[...] ao fluxo de turistas nacionais e internacionais que se deslocam centrados na motivação de suas origens étnicas locais e regionais, e também no legado histórico-cultural de sua ascendência comum. Incluem-se aí ainda aqueles que se deslocam com objetivos eminentemente antropológicos para conhecer “*in loco*” as características étnico-culturais daqueles povos que constituem o interesse de sua observação."

De acordo com o conceito criado pelo autor, fica evidente que a motivação das pessoas em se deslocar a espaços turísticos com atratividade baseada na etnicidade, possibilita uma experiência turística fundada em inter-relações, seja ela satisfatória ou não, dependendo do olhar de cada visitante.

Na realidade, o turismo étnico pode ser classificado como um segmento vinculado diretamente ao turismo cultural, diferenciando-se primariamente pelos traços de pertença e etnicidade que envolvem os grupos em cuja atividade orienta sua organização e desenvolvimento. No caso brasileiro, este tipo de turismo abrange as comunidades que representam os processos de imigração européia, núcleos indígenas, comunidades quilombolas, além de outros grupos que valorizam seu legado histórico-cultural e o saber - fazer de cunho tradicional e que concomitantemente através do desenvolvimento da atividade, possibilita a alguns grupos a criação de conglomerados urbanos e comerciais que visam exclusivamente à comercialização do artesanato, das danças, do modo de vida como produto a serem

consumidos por turistas a fim de coadunar a continuidade de seus costumes, como exemplo, de atratividade turística.

Por tratar-se de categorias étnicas de relevância cultural, é preciso atentar-se a um problema que pode eventualmente surgir: a desestruturação dos núcleos, ou seja, um processo de massificação cultural e perda de autenticidade que pode instalar-se no seio das comunidades anfitriãs para atender a demanda turística haja vista que muitas vezes estes são vistos com um olhar exótico, como pode ser observado na fala de Arruti (2006, p. 55-56), muito embora seus estudos não versem a respeito do turismo, sua abordagem trata do lastro que se encontra na classificação dos grupos:

"No caso da população indígena, o exotismo, a alteridade radical, o universo de referências absolutamente estranho, que deve ser traduzido, fazem com que o dilema fique por conta da necessidade de integrar, absorver e eliminar e, sob o signo do romantismo, proteger como núcleo de nacionalidade [...]"

Por isso, é que o tema muitas vezes aglutina antagônicas opiniões, principalmente relaciona às problemáticas acima citadas. Além disso, tais questões se refletem diretamente nos agentes envolvidos na atividade, como os próprios grupos que são os atores da representação cultural que na luta pela sobrevivência, são capazes de descaracterizar sua cultura para captação de recursos financeiros em benefícios próprios.

Há também os empresários do setor turístico responsáveis pela comercialização de suas representações (tangíveis e intangíveis); o poder público que fomenta a atividade pelo fato da geração de divisas e imposto para o local e que ao mesmo tempo critica pelo fato de destinar permanentemente recursos financeiros e logísticos para a manutenção dos serviços prestados. Ainda, arrolham-se os turistas que são os espectadores e buscam uma experiência diferenciada; e por fim, os cientistas que tratam do assunto com restrições, principalmente relacionado aos impactos sociais, culturais e econômicos gerados pela atividade. Para Grünwald (2001 p. 33-34):

"[...] a questão da autenticidade não merece atenção se, em seu desenvolvimento, qualifica as contradições culturais modernas em autênticas ou falsas. A questão, no entanto, existe na percepção antropológica, inclusive por se fazer presente entre os atores sociais. Se sou favorável à perspectiva de que toda experiência cultural é autêntica, isso deve ser examinado através do discurso dos atores sociais concretos, ou seja, pela forma como é percebida por eles...[com relação aos turistas]...isso não significa necessariamente que os turistas estão se perguntando sobre a autenticidade de suas experiências, as quais ao meu ver são sempre autênticas, pois são experiências turísticas, não importando se um elemento cultural foi construído exclusivamente para a encenação em uma arena turística ou se é imemorialmente tradicional e incorporado ao mercado turístico como mais uma atração: importante é que faz parte da experiência."

O autor defende a ideia de que a partir do momento que as pessoas pensam que existem experiências turísticas que não são originais, elas não mais conseguirão perceber a dinâmica de uma sociedade em termos gerativos, ignorando que ao defrontar com a experiência turística, as comunidades e sua dinamicidade cultural podem se transformar na gênese de novos padrões e permanecer autênticas, mesmo por meio de mudanças sociais e culturais.

Logo, estudiosos do assunto, como McIntosh & Ryan (2007) apresentam algumas questões-chaves para compreender ou pelo menos refletir como acontece a dinâmica da demanda do turismo etno-cultural entre os turistas que consomem os serviços prestados. Dentre os questionamentos, discute-se: Por que os visitantes são motivados pelo turismo cultural? Que nível de interesse do turista espera-se para certos tipos de produtos turísticos? Quais são as principais atividades que os turistas participam no turismo cultural? Qual a percepção do turista sobre as culturas e dos produtos culturais?

As respostas de tais questionamentos levantados sobre a experiência cultural é subjetivamente respondida, consumida e negociada sobre as concepções que o turista demanda como seu próprio conhecimento, interesse, expectativa, significados pessoais e mitológicos distribuídos nas atividades que serão desenvolvidas no atrativo a ser visitado. A cultura indígena proporciona diversos tipos de atrações para possibilitar a satisfação do visitante tanto de forma física como emocional. Os elementos oferecidos para os expectadores promovem a aprendizagem diária do modo de vida tradicional constituída pela revitalização dos costumes por meio da dança, religiosidade, gastronomia, artesanato entre outras características representadas simbolicamente.

A questão da autenticidade como perspectiva turística existe de fato, mas não é instrumental nem mesmo para compreender a movimentação dos turistas para os lugares de visitação. Estudos antropológicos recentes vêm demonstrando no campo científico que a atividade turística promove uma experiência autêntica. Tal abordagem se faz presente principalmente quando as pesquisas não estão direcionadas somente à esfera econômica, mas ao aspecto cultural que possibilita o intercâmbio de valores e uma experiência emocional aos agentes envolvidos pela atração turística.

As contradições acerca da atividade turística como fator autêntico ou inautêntico estão principalmente relacionadas à fragmentação étnica, cultural e de homogeneização das tendências constitutivas da realidade global. Em outras palavras, o modo de produção capitalista permanece tão intacto e sistematicamente coeso que contribui rapidamente para aceleração da massificação dos destinos turísticos. Sobre as transformações relacionadas ao capital, Moretti acrescenta (2001, p. 70):

"As transformações, efetivadas pelo capital na produção deste território, que procuram estruturar os elementos que o compõem, modificam as relações pretéritas construídas historicamente pela sociedade local, em um processo de (des) tradicionalização. Este processo destrói relações sociais e relações com a natureza e constrói outras relações. Trata-se, portanto, do processo de construção destrutiva. Este processo é central no capitalismo. Através da construção do novo e da destruição do passado é que ocorre o aumento do lucro e o acúmulo de capital."

A interação entre o mercado mundial e a identidade cultural, entre o processo local e global, entre o consumo e as estratégias culturais, faz parte de uma tentativa de descobertas da lógica envolvida nestes problemas aparentes. Para Friedman (1999), as práticas de auto-constituição cultural, de confirmação étnica, de classe e religião, produzem e consomem objetos específicos e constroem espaços vitais para um meio de identificação e sobrevivência à medida que o consumo de identidades faz parte do sistema consumista do processo global, canalizando uma espécie de negociação entre as ofertas disponíveis no mercado capitalista e a auto-definição que leva a acreditar na velha máxima "você é aquilo que consome".

Não há como negar que o turismo participa efetivamente da transformação de lugares, criando e recriando objetos e objetivos para que possa ser fortalecido e desenvolvido de maneira a viabilizar oportunidades de inserção e difusão para todos os envolvidos no processo. Todavia, é preciso deixar claro que a relação do turismo com a comunidade local, em especial categorias étnicas, fundamenta-se na representação social que os membros destes núcleos construíram em virtude de valores, idéias e conceitos articulados pelo processo de turistificação no próprio espaço em decorrência da perspectiva de mudanças nos níveis e qualidade de vida.

Por este prisma, o planejamento turístico deve ser direcionado levando-se em consideração restrições econômicas, sociais, culturais e ambientais, tendo em vista que sem tais restrições, a atividade irá perdurar de maneira espontânea, provocando apenas impactos negativos e sem assegurar os benefícios que podem ser subsidiados para os maiores envolvidos: atores locais.

Por este motivo, são de concordância as considerações de Molina e Rodriguez (2001) ao afirmarem que o planejamento deve reconhecer no turismo sua complexidade para processá-lo de modo a priorizar as mudanças que possam alavancar o desenvolvimento. Caso o turismo seja delineado a partir de uma expectativa reducionista como, por exemplo, a partir dos aspectos econômicos, gera instabilidade nas demais dimensões de uma sociedade.

Neste sentido, os territórios passam a desencadear poderes simbólicos de múltiplas faces, ora reforçando a segregação, ora viabilizando uma dinâmica de convívio ou de ativação de múltiplas identidades. Portanto, cada grupo possui características monolíticas e fechadas ou dinâmicas e abertas. O fato não é apenas identificar estas características, mas principalmente que as pessoas estejam abertas à reformulação da própria identidade no sentido de aceitar o convívio e o diálogo multicultural com as identificações alheias.

3. O CONTEXTO DA COMUNIDADE INDÍGENA KADIWÉU

A população indígena do Estado de Mato Grosso do Sul é hoje o segundo contingente populacional do Brasil, sendo superado apenas pelo Estado do Amazonas. Destaca-se que o Estado compõe uma população indígena estimada em 50.000 índios aldeados e 5000 desaldeados, além de possuir diversos grupos étnicos diferenciados, como os Guaraní (subdividido em Kaiowá e Nandevá), Terena, Kadiwéu, Guató, Ofaié e Kinikinawa. A Reserva Indígena Kadiwéu – RIK está localizada na porção Oeste do estado de Mato Grosso do Sul, entre os paralelos 20°10'41,4"S e 21°03'10,1"S e os meridianos 56°55'36,5"WGr e 57°50'48,5"WGr, inserida em terras do Município de Porto Murtinho. Sua população é estimada em 1.346 pessoas (FUNASA, 2006).

Focando na análise desse trabalho para promover uma discussão sobre o modo de ser tradicional e atual dos Kadiwéu de MS, acredita-se que será preciso compreender a essência da promoção da interculturalidade seja pelo olhar do indígena bem como da sociedade envolvente. Para entender o termo, recorre-se a Vinha (2005, p. 08):

"Para que a proposta de interculturalidade se estabeleça é imprescindível que tenhamos como paradigma o entrelugares. Identidades que se movem requer discernimento dos envolvidos e dos que se propõem a partilhar estudos. Em que pese o estudo do corpo mais voltado à suas estruturas e sistemas, em seu funcionamento e organização ao estilo ocidental, tais mudanças possibilitaram à humanidade chegar a limites inimagináveis, inclusive contribuiu para desumanizar o trabalho e, conseqüentemente, a pessoa e seu corpo. Em grupos étnicos, a devassa foi também significativa. Cabe agora revermos o que os tentáculos ocidentais deixaram como rastros. Contudo, não haverá revisão enquanto o "outro" estiver silenciado, resguardado de suas próprias verdades não ditas. Corpo e tecnologia co-existem desde sempre, apenas os avanços operam mais rapidamente e com diferentes níveis em redes de inter-relações mais complexas e longas do que em redes mais simples e locais. Nos compreendermos é o grande desafio, inclusive na teoria dos processos civilizadores."

Ao mesmo tempo, cabe ressaltar que independente da localização e da questão de territorialidade física e emocional, muitos grupos étnicos buscam alternativas para promover uma gestão de inclusão do território com base no etnodesenvolvimento que possam promulgar níveis significativos de melhorias baseados, sobretudo, na endogenia e fluxo cultural local para evidenciar sua alteridade cultural. Desta forma, as relações territoriais indígenas são expressões marcantes e complexas ligadas diretamente a identidade cultural. O território incorpora as expressões dos modos de vida tanto do passado, como do presente, contendo, ao mesmo tempo, significados culturais residuais e emergentes.

A proposta de conhecer a realidade do modo de vida indígena não objetiva atribuir juízo de valor sobre o que poderia ser feito ou como os Kadiwéu deveriam fazer para preservar sua alteridade cultural, uma vez que cada etnia ou grupo social escolhe suas formas de sobrevivência. Analisa-se, desta forma, o processo natural de evolução da cultura indígena Kadiwéu a fim de conhecer como sua representação cultural vem se transformando para conservar seus traços culturais a partir das novas formas de subsistência escolhidas pela comunidade indígena.

O fio condutor de análise e observação da cultura Kadiwéu será através da produção material da arte contemporânea representada pela cerâmica, bem como pela arte dos desenhos corporais ainda existentes. Acredita-se que a análise precisa da expressão artística desenvolvida por esse povo, trará grande contribuição não só para a comunidade acadêmica, mas, sobretudo, para a sociedade envolvente que tem a missão de conhecer e preservar a cultura.

O levantamento etnográfico da arte, a pintura corporal e a decoração da cerâmica Kadiwéu já foi objeto de várias pesquisas, inclusive na segunda metade da década de 1930, onde os indígenas foram visitados por dois pesquisadores europeus: o francês Lévi-Strauss e o alemão Freundt. Claude Lévi-Strauss realizou trabalhos de campo entre 1935 e 1936, no Brasil, junto aos Nambikwara e os Bororo, entre outros. Esteve em uma expedição junto aos Kadiwéu, na qual registrou algumas observações sobre o estado em que encontrou à época, o grupo indígena, e que mais tarde, Lévi-Strauss escreveu o livro *Tristes trópicos* com base nas experiências vivenciadas durante sua primeira expedição e uma segunda (1938-39). Freundt visitou os Kadiwéu no final da década de 1930, após Levi-Strauss.

Para Silva (2004, p.112),

"A arte Kadiwéu contemporânea encontra sua maior expressão na confecção da cerâmica. É no processo de decoração das peças que as ceramistas Kadiwéu demonstram toda sua habilidade e manifestam de forma clara um estilo étnico, na medida em que, por meio dessa arte, reafirmam sua identidade. Evidentemente essa arte não se sustenta sozinha. Ela reflete todo um conjunto de valores e tradições do grupo indígena, sem os quais também estaria fadada ao desaparecimento."

Nesse reflexo, o processo de tradição provoca diversos desdobramentos, e sobre a arte Kadiwéu, Padilha (1996, p.127) alerta que:

A arte feminina identificada com a criação simbólica, desdobramento da função feminina e unidade guerreira, interpretando uma hierarquia que, mais que seu desejo de resguardar-se na pureza das castas, viveu a utopia do guerreiro. Hoje, a simplificação do estilo através da simetria reflexa de suas artistas, no entanto, segue pintando incessantemente a concretude ou a marca da etnia.

Dotados de uma cultura muito particular, eram organizados numa sociedade que tinha numa extremidade os nobres e no outro os cativos. As mulheres Kadiwéu dedicavam-se à pintura corporal e facial, cujos desenhos impressionam pela riqueza de suas formas e detalhes, além da confecção da cerâmica, feitas exclusivamente pelas indígenas (RICARDO, 2009).

No território indígena Kadiwéu, ainda existem famílias que vivem em pequenos grupos (núcleos), preservando sua cultura e praticando atividades de subsistência, cultivando, sobretudo, milho, arroz, feijão e mandioca em pequenas roças. Do tronco linguístico M'bayá, os Kadiwéu são um ramo dos índios Guaicuru, conhecidos como "índios cavaleiros". Por sua habilidade na montaria, conserva em sua mitologia, na arte e em seus rituais o modo de ser de uma sociedade hierarquizada entre senhores e cativos. Como foram guerreiros que lutaram pelo Brasil na Guerra com o Paraguai, tiveram suas terras reconhecidas (MANGOLIN, 1993).

Nos últimos anos, os Kadiwéu vêm se empenhando tenazmente na reversão da situação de dependência com relação à renda dos arrendamentos e principalmente no resgate do uso de seu território. Em 1993 deu-se início ao processo de despejo dos fazendeiros arrendatários. Trata-se de um momento importante na história Kadiwéu, que contribui na consolidação de sua autonomia, sobretudo econômica, com formas auto-suficientes (Idem, 2008). Diante desta possibilidade, eles têm, contudo, que enfrentar inúmeras dificuldades. A começar pela necessidade da garantia de sua subsistência, hoje ainda mais difícil na ausência da renda e a forte pressão que sofrem de ex-arrendatários e de arrendatários recalcitrantes mostram a gravidade do quadro vivido pelos indígenas.

O povo Kadiwéu na mesma linha dos demais povos indígenas do estado, porém de forma mais latente, luta para conservação dos traços culturais tradicionais para determinar as formas de desenvolvimento atual. A idéia de tradicionalização é um dos indicativos que são apontados quando os mesmos procuram conservar suas artes, formas de poder e de representação entre eles. Mesmo sofrendo influências diretas do meio externo como na adoção de um vestuário tipo "country" pelos homens Kadiwéu da atualidade, revelam seu apego a um modo de vida apoiado no uso e criação de cavalos, de que ainda mantêm rebanhos, embora em menor proporção.

4. CONCLUSÕES

Pelo contexto aqui apresentado, tanto pela inserção do turismo étnico em territórios indígenas, é verdade que as iniciativas são exógenas às necessidades dos núcleos e, portanto, a melhor ação a ser sistematizada seria a gestão participativa e integrada. Contudo, a atividade só seria uma alternativa viável se os próprios sujeitos pudessem fazer parte do planejamento e da organização da atividade, tendo em vista que as melhorias advindas deveriam estar subordinadas primeiramente para atender as necessidades locais e não ao turista.

Acredita-se que não existe uma fórmula que possa proceder no sucesso almejado diante da prerrogativa de desenvolvimento turístico em comunidades tradicionais. Porém, reitera-se que esta estratégia seria bem sucedida caso venha a considerar o dinamismo procedente do afloramento das potencialidades endógenas destes núcleos ao que diz respeito ao seu legado cultural como subsidio ao resgate de suas manifestações, sejam elas repassadas de geração em geração por meio da memória coletiva ou na aquisição e assimilação de novos conhecimentos, já que são fontes de atratividade.

O que se procura é o sentido essencial que marca a riqueza da cultura indígena. O conceito de terra é, pois, o instrumento fundamental para a compreensão. Tem-se também que considerar o significado próprio da existência destes grupos e com isto sujeitar a realidade do conceito de representação do espaço e de história aplicado aos deles.

O território para o indígena faz parte não do sistema de identificação, mas do sustentáculo de sua existência e da formação de sua identidade cultural. O turismo poderia sim contribuir para revitalizar o território a partir do momento em que se priorizaria o conhecimento aprofundado sobre a cultura trabalhada, ou seja, ouvir e sentir os valores simbólicos contados pelos próprios integrantes. Por fim, é preciso envolvimento direto da gestão pública para garantir a integridade e manutenção dos territórios que estão se projetando para atender uma demanda específica provocada pelo turismo. A atual legislação destinada para "garantir" os direitos à igualdade ainda está aquém do ideal, uma vez que está imposto às sociedades tradicionais é mera formalidade normativa e desatualizada que reforça ainda mais a exclusão sócio-cultural e de certa forma econômica. É preciso garantir às comunidades o direito a alteridade com dignidade humana.

Os territórios indígenas constituem-se como um palco para representação cultural e identificação étnica para os diversos povos que configuram a cultura brasileira. Para tanto, vem sendo promovidas a cada ano, cenários turísticos que visam potencializar a divulgação e interação entre as comunidades indígenas e as não-indígenas por meio do turismo sustentável.

Sabe-se que a atividade turística apresenta impactos que merecem atenção quando relacionada ao seu desenvolvimento. O maior estímulo para seu fomento está direcionado ao aspecto econômico, uma vez que o dinheiro advindo dos visitantes gera novos recursos que circulam na economia local, várias vezes, transformando-se em “efeito multiplicador”, beneficiando até setores que não são considerados turísticos. Baseando no princípio de transformação da realidade das localidades, surgem alternativas para potencializar os recursos naturais e culturais disponíveis.

Nesse sentido, o desenvolvimento do turismo deve satisfazer as necessidades econômicas, sociais e estéticas, mantendo simultaneamente a integridade cultural e ecológica para que os benefícios positivos possam ser sentidos pela comunidade local, bem como apreciados pelos visitantes. Desse modo, o planejamento que venha a caracterizar a atividade turística demanda o envolvimento da região ou localidade, incluindo elementos políticos, físicos, sociais e econômicos que devem ser interpretados como componentes interligados.

BIBLIOGRAFIA

- ARRUTI, J. M. (2006), *Mocambo: antropologia e historia do processo de formação quilombola*, Educs, Bauru-SP.
- BELTRÃO, O. (2001), *Turismo: a indústria do século XXI*, Editora Novo Século, Osasco-SP.
- BENI, M. C. (2002), *Análise estrutural do turismo*, São Paulo, SENAC, São Paulo.
- BRASIL. Constituição (1988), *Constituição da República Federativa do Brasil*, Brasília, Senado Federal/ Subsecretaria de Edições Técnicas.
- DUTRA, C. A. S. (1996), *Ojaité: morte e vida de um povo*, Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul.
- FRIEDMAN, J. (1999), *O ser no mundo: globalização e localização*, in Featherstone, M., (org) *Cultura global: nacionalismo, globalização e modernidade*, Petrópolis, Vozes.
- ESTATUTO DO ÍNDIO. LEI Nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, Artigo 158, Capítulo II – Dos crimes contra o Índio, Brasília-DF.
- FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (2006), *Indicadores dos povos indígenas*, Dourados-MS.
- FRIEDMAN, J. (1999), *O ser no mundo: globalização e localização*, in Featherstone, M., (org) *Cultura global: nacionalismo, globalização e modernidade*, Vozes, Petrópolis-RJ.
- GRÜNEWALD, R. de A. (2001), *Turismo e o “resgate” da cultura Pataxó*, in Banducci, Jr, A., Barreto, M., (Org.) *Turismo e Identidade Local*, Uma visão antropológica, Papirus, São Paulo.
- MANGOLIM, O. (1993), *Povos indígenas no Mato Grosso do Sul: viveremos por mais 500 anos*, Campo Grande, Conselho Indigenista Missionário Regional de Mato Grosso do Sul.
- MCINTOSH, A. J., & RYAN, C. (2007), The market perspective of indigenous tourism: opportunities for business development, in Builer, R., Hinch, T. *Tourism and indigenous people: issues and implications*, Butterworth-Heinemann & Elsevier, USA.

MOLINA, S., RODRÍGUEZ, S. (2001), *Planejamento integral do turismo: um enfoque para a América latina*, Trad. Carlos Valero, EDUCS, Bauru-SP.

MORETTI, E. C. (2001), *Pantanal, paraíso visível e real oculto: o espaço local e o global*, Rio Claro-SP, UNESP, Tese de Doutorado – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro – SP.

PADILHA, S. (1996), *A arte como trama do mundo: corpo, grafismo e cerâmica Kadiwéu*, PUC-SP, São Paulo.

RICARDO, F. P. (Org.) (2009), *Povos Indígenas no Brasil*, Índios Kaiowá, <http://piib.socioambiental.org/pt/c/quem-somos>, acesso em 27.11.2009 as 20h36.

SILVA, G.J. (2004), *A construção física, social e simbólica da Reserva Indígena Kadiwéu (1899-1984): memória, identidade e história*, UFMS, Dourados-MS.

VINHA, M. (2005), *Inter-relações Kadiwéu: corpo, tecnologia e educação*, UCDB, Campo Grande.